

QUESTÃO AGRÁRIA, SALÁRIOS, POLÍTICA AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: UMA (OUTRA) ANÁLISE DO PERÍODO 1930-1985

Pedro Ramos
Instituto de Economia – UNICAMP
Distrito do Barão Geraldo – CAMPINAS - SP
Caixa Postal n. 6135 – CEP 13083-970
e-mail: peramos@eco.unicamp.br

Resumo:

O texto retoma a análise das relações entre a questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira, partindo de uma divergência de interpretação entre dois conhecidos autores brasileiros (I. Rangel e Francisco de Oliveira), quanto à questão do nível salarial no processo de acumulação capitalista no país.

A consideração de um período mais extenso (1930–1985) do que o contido nas análises de tais autores, subdividido em dois (1930–1960/1960–1985) permite compreender mais adequadamente que, no primeiro subperíodo, a estrutura fundiária esteve combinada com uma especificidade do regime de produção/trabalho (colonato/moradia). Isto implicava uma não monetização da remuneração pessoal/familiar, que dificultava a comparação desta com os salários monetários no espaço urbano, ao mesmo tempo em que ocorria uma modernização da produção agropecuária, com migração interna e êxodo rural. No segundo subperíodo, com o fim daquela combinação, mas com a preservação do latifúndio, explicitou-se a perversidade do subdesenvolvimento brasileiro, cujo traço principal tem sido a secularização da questão agrária.

Como procedimento metodológico, destaca-se a divisão do território nacional em duas grandes regiões, combinada com a consideração de dois tipos de fronteira quanto ao uso das terras, e a atualização de indicadores do uso de “fatores de produção”, na denominação dos analistas que utilizaram o modelo de inovação induzida. É feita a crítica desta utilização para a compreensão da história da agropecuária brasileira.

Palavras-chave: questão agrária, salários, modernização agrícola, Brasil.

1. Introdução

Nove anos depois de Ignácio Rangel ter publicado sua primorosa obra A Inflação Brasileira (cuja primeira edição é de 1963), uma das suas afirmações foi alvo de crítica por parte de Francisco de Oliveira, no seu não menos conhecido trabalho A Economia brasileira: Crítica à Razão Dualista.

Rangel afirmou que “a taxa de exploração efetiva da economia brasileira é menor do que a que resultaria da barganha direta entre operários e patrões, sob a influência depressiva de um enorme excedente de mão-de-obra”, tendo atribuído isso à política salarial/sindicalista do Governo Vargas que impôs um “padrão salarial *relativamente*

independente das condições criadas pela presença de um enorme exército industrial de reserva, isto é, do desemprego urbano, suscitado pela transferência de populações deslocadas na agricultura”(RANGEL, 1978:54, em itálico no original). Ou seja, a legislação fez com que os salários fossem maiores do que teriam sido sob vigência exclusiva da lei da oferta e da procura. Para o segundo autor, ao contrário, “a legislação trabalhista **igualava reduzindo** – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de **igualar pela base** reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho” (OLIVEIRA, 1981:p. 16 e 17, negritos no original).

A leitura da obra desses dois autores deixa claro que eles estavam pensando, ao fazerem tais afirmações, nas atividades urbano/industriais. Contudo, é sabido que suas análises não deixaram de lado a questão agrária brasileira, embora não tenham tratado com profundidade o que ocorria com as atividades agropecuárias.

Isto foi feito por muitos outros estudiosos, cumprindo aqui destacar aqueles que buscaram utilizar o conhecido modelo de inovação induzida de Hayami & Ruttan. O que chama a atenção é que algumas das afirmações destes estudiosos são semelhantes às de Rangel, seja para o período anterior a 1960, seja para o período posterior. Em síntese, argumentam que o Estado brasileiro implementou políticas que, de uma forma ou de outra, acabaram distorcendo os preços/custos dos “fatores de produção”, ou seja, atrapalharam o funcionamento do mercado, o que, para eles, foi (ou tem sido) a causa básica de nosso subdesenvolvimento.¹

Assim, constata-se que autores de matrizes teóricas diferentes apresentaram explicações aparentemente semelhantes. Contribuir para uma melhor compreensão disto é um dos objetivos deste trabalho. Embora se tenha em conta que não se pode deixar de ver o processo como um todo, privilegia-se aqui a dimensão do ocorrido com a agropecuária e se busca não perder de vista as três contribuições mencionadas: a estruturalista ou de

¹ Entre outras, cabe reproduzir a seguinte afirmação de SCHUH (1975:15): “A política de preço relativo de fatores, associada à política de desenvolvimento industrial, reduziu também os incentivos à modernização agrícola. A combinação de programas de previdência social e de salário mínimo atuou no sentido de tornar o preço privado do trabalho mais alto do que seu verdadeiro custo social, enquanto, por outro lado, a maior parte dos subsídios à industrialização favorecia o capital físico”.

fundamento cepalino de Rangel, a “antidualista” de F. de Oliveira e as que recorreram ao modelo de inovação induzida, de inspiração neoclássica.

O texto trata o período 1930 – 1985. A parte 2 considera o período de 1930 a 1960, no qual prevaleceu uma combinação do latifúndio com um regime de produção/trabalho – o colonato/moradia, do qual se destaca a remuneração em boa medida não monetizada e a utilização crescente de capital (principalmente trator). A parte 3 trata o período 1960-1985, em que o emprego de capital continuou em expansão e ocorreu um uso muito maior de mão de obra temporária, com salários em dinheiro, mas ainda com incorporação de novas terras, seja dos antigos, seja dos novos latifúndios, formados principalmente nas áreas de fronteira.

Argumenta-se que, em todo o período, predominou um continuísmo, o que não significa deixar de reconhecer algumas mudanças. Nesta perspectiva, destaca-se que o modelo de inovação induzida não tem capacidade explicativa da trajetória brasileira, sendo mesmo discutível sua validade para qualquer economia do mundo, exatamente porque a idéia neoclássica de mercado autoregulado não se aplica ao caso dos fatores de produção, seja dos “tradicionais” (terra trabalho), seja do capital, pois não se tratam propriamente de mercadorias.²

O trabalho serve-se em grande medida de dados secundários, atualizados quando necessário. Quanto ao primeiro subperíodo, isto está relacionado com a relativa falta deles ou de evidências empíricas primárias. Critica-se, quando oportuno, aquilo que foi coletado e apresentado nos trabalhos mencionados. Quanto ao segundo período, de disponibilidade bem maior de dados, o tratamento aqui dado é bastante sintético, sendo seus principais objetivos fazer a distinção em relação à análise do primeiro subperíodo e criticar as explicações relacionadas à utilização do modelo de inovação induzida.

2. O Período 1930 – 1960: Especificando a questão fundiária e salarial numa economia em crescimento e em integração, com modernização agropecuária

O período iniciado após a grande crise de 1929 foi marcado no Brasil, segundo Celso Furtado, pela “mudança de centro dinâmico” da economia, promovida pelo Governo de Getúlio Vargas. Isto significou que o mercado interno e o processo de industrialização

² Na perspectiva adotada por Karl Polanyi, que apontou o mito do “mecanismo autodiretivo do mercado”: “O caso do dinheiro revelou uma analogia muito real à do trabalho e da terra. A aplicação da ficção da mercadoria a cada um deles levou à sua inclusão efetiva no sistema de mercado...” (POLANYI, 1980, p. 195 e 196).

passaram a ser os principais vetores do crescimento econômico nacional. Nesta perspectiva, devem ser lembrados tanto o advento e continuidade de políticas que promoveram a industrialização, como as que buscaram modernizar o setor agropecuário. É deste contexto que se destaca a discussão que se segue sobre as relações entre estrutura fundiária, salários urbanos e rurais e uso de terra, trabalho e capital na produção agropecuária.

Sabe-se que o Brasil de 1929/30 herdou uma estrutura fundiária concentrada, que passou intacta pela Abolição e pela Primeira República. Tal estrutura tinha uma particularidade de grande importância para os desdobramentos posteriores. Tratava-se do regime de “colonato” em São Paulo e em parte do Sudeste, e do regime de “moradia sob condição” na Zona da Mata do Nordeste. Estas eram as regiões de maiores densidades demográficas no país, seguidas do Sul.³

Tal particularidade não foi alterada após 1930, tendo se estendido até o início da década de 1960. Ela era responsável pelo fato de que os “colonos/moradores” podiam ter acesso à terra e, portanto, produzir bens agropecuários, sem serem proprietários. Ou seja, a estrutura fundiária concentrada não significava um impedimento à produção de caráter familiar. O importante era o tempo disponível para iniciar e dar continuidade a tal produção em terras de boa qualidade, que exigissem o menor dispêndio de trabalho ou de insumos que porventura tivessem que ser adquiridos externamente, vale dizer, que exigissem dispêndios monetários.

As reservas de terras dos latifúndios foram sendo progressivamente ocupadas com o avanço das culturas principais das fazendas (café, algodão e cana em São Paulo, cana na Zona da Mata do Nordeste). Contudo, enquanto elas existissem ou enquanto não se manifestasse alguma contradição, os colonos/moradores (e também os parceiros) tinham sua condição assegurada, ou sem grandes alterações.⁴

Isto foi devidamente percebido por REZENDE (1980), embora seu texto se refira a um período anterior ao aqui analisado e se concentre no caso do colonato paulista. Como ele

³ Como é sabido, o estado de Santa Catarina, o norte do Rio Grande do Sul e o sul Paraná, tem estruturas fundiárias não marcadas pelo latifúndio. Assim, não se enquadram nesta caracterização.

⁴ “A vitória do latifúndio reside propriamente nisso: haver tornado aceitável pelo trabalhador livre europeu – alheio ao sistema de produção da plantação por razões culturais e geográficas – uma forma de trabalho como o colonato, com a consequente eliminação do salário como preço da força de trabalho. Com efeito, o latifúndio encontrou um caminho que não só lhe permite a anulação tendencial da circulação monetária dentro da unidade de produtiva, mas também a possibilidade de descarregar no mercado interno dos bens de subsistência o custo da produção do café” (VANGELISTA, 1991, p. 281). Uma rica análise de longo prazo (1850-1980) sobre o regime de colonato na cafeicultura paulista encontra-se em STOLCKE, 1986.

destacou (p. 180), esse “engenhoso mecanismo” implicava numa “não identidade entre o custo da mão-de-obra para a fazenda e a renda real total apropriada pelo colono”, tornando independentes entre si o “nível de renda real da força de trabalho e o nível da demanda de mão-de-obra”. Ou seja, mesmo com salários monetários estagnados ou em queda, era possível ao fazendeiro contar com oferta crescente de trabalhadores. Este processo tinha uma outra importante particularidade: era a possibilidade de gerar renda com os excedentes da produção obtidos com o trabalho familiar⁵. Voltar-se-á a este aspecto a seguir.

A constatação de que o salário em dinheiro era apenas uma parte da remuneração do trabalho no interior da principal região econômica do país (e de seu entorno mais próximo) não significa desconhecer que a pujança de tal região implicou em um processo de atração intensa de população, vale dizer, de mão-de-obra, o que, em última instância, significa reconhecer um processo de integração do mercado nacional, tanto de bens e serviços como, especialmente, de trabalho. E esta integração ocorria porque aquela pujança decorria - também e principalmente - de um processo de industrialização e urbanização concentrado em São Paulo, amplamente conhecido e que não necessita ser aqui destacado.⁶

Assim, é evidente que qualquer trabalho que trate da remuneração do trabalho na agropecuária paulista não pode deixar de considerar dois aspectos: o primeiro é quanto ao que ocorria no interior da economia paulista, ou seja, da relação entre expansão das atividades agropecuárias e das não agropecuárias; a segunda diz respeito às relações entre esta economia local e as outras áreas geográficas do país, onde a rigidez da estrutura fundiária, a falta de oportunidades de emprego e mesmo de sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, junto com outros fatores, acarretavam um forte deslocamento populacional.

Como demonstra claramente o trabalho de CAMARGO (1981, Cap. III da Primeira Parte), foi exatamente após 1930, quando diminuiu a imigração para o Brasil e para São Paulo, que se aprofundou o processo de migração interna, dominada pelo fluxo em direção à São Paulo⁷. Contudo, cabe destacar que, enquanto muitos dos estrangeiros (ou seus

⁵ Como escreveu Pierre Monbeig, “Não provém exclusivamente dos salários a atração das zonas novas sobre os colonos, mas também, e talvez ainda mais, das condições gerais dos contratos, e particularmente das possibilidades de praticar culturas intercalares” (MONBEIG, 1984:157).

⁶ Mas convém mencionar que, no Brasil, o número de empregos nos setores secundário e terciário saltou de 4.931.302 em 1940 para 8.131.781 em 1960; e que os salários reais dos operários (exceto burocratas) da indústria de transformação cresceram 66,3% entre 1949 e 1969. Dados extraídos, respectivamente, de SINGER, 1971:64/6 e de BACHA, 1976:94.

⁷ O Estado de São Paulo recebeu em torno de dois terços do número de imigrantes que chegaram ao Brasil a partir de meados do Século XIX. Por sua vez, do total de 2.057.809 trabalhadores nacionais entrados em São

descendentes) puderam tornar-se, antes ou depois de 1930, pequenos, médios ou mesmo grandes proprietários, seja fundiários, seja de empresas comerciais, industriais ou de serviços, isto se tornou bem mais difícil para os trabalhadores migrantes nacionais. Entre os elementos determinantes disto cumpre destacar o conservantismo da política agrária brasileira, auxiliada pela inexistência ou insuficiência de outras políticas públicas destinadas a combater a exclusão e a desigualdade social no país.⁸

Assim, aquela migração interna prolongou-se por todo o período aqui considerado, sendo que a Tabela 1 mostra os dados para o período entre 1950 e 1970. A tabela destaca o caso da relação entre São Paulo e Paraná: até 1950, muita gente saiu de São Paulo, buscando acomodar-se em terras paranaenses; em 1970, parte significativa já havia regressado, mas o número dos que continuaram saindo entre 1950 e 1970 foi ainda maior, implicando num resultado líquido de 533 mil pessoas. Também chama a atenção o percentual dos que foram em direção ao Centro/Oeste, assim como a grande entrada de nordestinos, que significou 45% do fluxo em direção à São Paulo até 1970.

TABELA 1 – FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA E DE SÃO PAULO – NÚMEROS ACUMULADOS ATÉ 1950 E ATÉ 1970.

Direção do fluxo	Até 1950	Até 1970	% Entre 1950 e 1970
Para São Paulo	1.064.041	3.192.602	66,7
- Do Nordeste	381.008	1.424.615	73,3
- Do Meio Norte (MA,PI)	6.604	41.453	
- Do Norte (AM, PA)	4.334	18.090	
- Do C./Oeste (MT, GO, DF)	18.648	76.579	
- Do Sudeste	591.585	1.323.828	55,3
- Do Sul (% do Paraná)	61.862 (53)	308.037 (74)	79,9
De São Paulo	507.248	1.327.267	61,8
- Para Nordeste	5.865	46.147	
- Para Meio Norte	261	903	
- Para Norte	594	4.386	
- Para C./Oeste	29.155	267.443	89,1
- Para Sudeste	112.051	167.473	
- Para Sul (% para o Paraná)	359.322 (98)	840.915 (98)	57,3
Resultado Líquido	556.793	1.865.335	70,2
Resultado Líquido como % da População	6 %	10,9 %	

Fonte: MATA et. al., 1973, p. 59 e 60.

Paulo entre 1827 e 1955, nada menos do que 86,34 % o fizeram entre 1930 e 1955 (ver dados apresentados por CAMARGO, 1960, p. 123).

⁸ “Em Minas, a emigração para São Paulo se fez à custa da Zona da Mata, sua antiga região cafeeira; em Pernambuco e Alagoas, os centros de partida foram os municípios onde imperava a cultura de cana e onde era mais elevada a densidade demográfica (...). Essa imigração, que bem se pode chamar a imigração da miséria, não deixou de suscitar certas críticas por parte dos paulistas.” (MONBEIG, 1984:151).

Como em São Paulo também se constatava a rigidez da estrutura fundiária, o processo de industrialização e de expansão das atividades agropecuárias locais contou com uma oferta abundante de força-de-trabalho. Mas isto não significava que os níveis salariais não fossem importantes, cabendo aqui uma distinção fundamental: a migração interna ocorria principalmente em função das enormes diferenças entre as “condições de vida”, só parcialmente captadas pelas diferenças entre os níveis salariais vigentes nas diversas regiões do país; já o deslocamento dos trabalhadores paulistas do campo para a cidade estava tanto atrelado às diferenças de níveis de remuneração total, vale dizer, das vantagens da monetização ou completa inserção numa economia de mercado (assalariamento puro) como às transformações que ocorriam nas relações de produção/trabalho no campo.

O processo acima descrito, seus desdobramentos e implicações foram objeto de preocupação de um levantamento da Comissão Nacional de Política Agrária em 1952 e publicado em 1954 com o título de “Inquérito sobre o meio rural brasileiro – Migrações internas e salários agrícolas”, trabalho do qual CAMARGO extraiu os dados que serviram de base para a Tabela 2. Os números em negrito permitem captar as diferenças entre as regiões, as quais são notórias quando se compara o Nordeste com o Sudeste. Um detalhamento dos dados originais revela que os estados do Nordeste que mais tiveram municípios que perderam trabalhadores agrícolas foram os de Ceará, Pernambuco e Bahia; que municípios de São Paulo e de Minas Gerais responderam por 61% dos 490 da faixa de Cr\$ 21 a 30,00 e, finalmente, que São Paulo respondeu por 67,5% dos 154 municípios da faixa de Cr\$ 31 a 40. Evidentemente, os números da tabela podem também estar indicando a transferência intra-estadual de trabalhadores agrícolas.

Os dados da Tabela 2 tornam-se mais ilustrativos quando comparados com os valores do salário mínimo no Brasil da época⁹, que era regionalizado: o maior deles era o estabelecido para o Distrito Federal (Estado da Guanabara), de Cr\$ 40,00/dia, para o período dezembro de 1951 a maio de 1954. Para São Paulo, no mesmo período, o valor médio foi de Cr\$ 30,06 (Grande São Paulo e Interior), e para o Nordeste o valor mínimo foi de Cr\$ 12,33 (municípios do Rio Grande do Norte, exceto a capital) e o máximo de Cr\$ 23,33 (apenas para Salvador). Isto permite constatar, por exemplo, que os salários agrícolas mais frequentes pagos nos municípios do Nordeste eram, na esmagadora maioria (90%)

⁹ A fonte dos dados e informações sobre os salários mínimos é o Anuário Estatístico do Brasil, dos respectivos anos.

inferiores ao salário mínimo vigente em Salvador, e que este e aqueles eram bem menores que o salário mínimo médio estipulado para São Paulo. Como observou CAMARGO (1960:135), “É realmente inegável a influência exercida pela existência de apreciável discrepância entre os salários médios pagos nas diversas regiões geoeconômicas do país na intensificação dos deslocamentos demográficos interregionais”.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DE ONDE TEM HAVIDO SAÍDA DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS, POR SALÁRIO DIÁRIO MAIS FREQUENTE - REGIÕES GEOECONÔMICAS, EM 1952.

REGIÕES E PAÍS	N. de INFS.	% dos números de municípios conf. faixas de salários mais frequentes (em Cr\$/dia)														TO-TAIS
		- de 10		11 a 20		21 a 30		31 a 40		41 a 50		51 e +		Não dec.		
VER NOTA 1		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
NORTE	97	2	3	2	43	2	27	6	24	-	-	-	-	5	3	37
NORDESTE	604	68	8	57	82	9	9	1	0	-	-	-	-	20	1	483
SUDESTE	841	14	1	29	28	70	48	77	17	87	4	67	0	55	2	708
SUL	220	2	1	6	28	16	49	16	16	13	3	33	1	20	3	154
C./OESTE	112	14	13	5	59	3	27	1	2	-	-	-	-	-	-	63
BRASIL	1.874	57	4	691	48	490	34	154	11	30	2	3	0	20	1	1.445

Fonte: CAMARGO, 1960, p. 136 e 137.

Notas: 1- O primeiro percentual refere-se à distribuição por região em cada faixa, dos totais das colunas (57, 691 etc), o segundo à distribuição por faixa em cada região, dos totais das linhas (37, 483 etc).

2- O zero significa que o número não atingiu 1%; o traço significa que não há informante.

3. O total de municípios do Brasil era de 1.934, segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1953.

Se os dados da Tabela 2 foram utilizados como um indicador das diferenças salariais vigentes na agricultura brasileira, de maneira análoga às diferenças entre os salários mínimos no país, cabe buscar evidências do que ocorria no interior do Estado de São Paulo, onde se concentrava o processo de industrialização. Para isto necessita-se de uma comparação entre o nível da remuneração dos colonos e do salário mínimo médio do interior paulista vigente em dada época, tido aqui como base dos salários urbanos.¹⁰

Isto pode ser feito a partir de um minucioso trabalho elaborado por um pesquisador do Instituto de Economia Agrícola. Convém reproduzir suas palavras sobre a “remuneração total da família do Colono”:

“Agrupando-se as duas categorias de receitas – dinheiro e espécie – obtidas anualmente, vê-se que a renda total de uma família de colono de 4 a 5 membros, com uma força de trabalho de 1 a 1,5 ‘homem equivalente’, nas fazendas com cafezais bem tratados e com produção acima da média do Estado e cuja organização seja a mais frequentemente encontrada em São Paulo, atingia cerca de Cr\$ 30.062,00 em 1957/58 (...) Na receita total acima não se acha computado o valor dos produtos colhidos nas terras obtidas da fazenda para plantio”. (ETTORI, 1961:30).

¹⁰ O que se segue tem em conta apenas a categoria dos colonos, não se referindo, portanto, às outras categorias de trabalhadores agrícolas que então existiam. Outros comentários sobre isso serão feitos a seguir.

Portanto, tomando-se o valor de 1,5 como força de trabalho equivalente, chega-se a uma renda familiar mensal de Cr\$ 2.505,00 (Cr\$ 30.062,00/12). O valor médio do salário mínimo vigente em São Paulo, para o período julho/1956-dezembro/1958, foi de Cr\$ 3.440,00, ou, na equivalência, de Cr\$ 5.160,00 (Cr\$ 3.440,00x1,5).

Como se percebe, valores bem distantes entre si. Tendo em conta comentários anteriores, esta diferença pode ser, em grande medida, remetida à não computação do “valor dos produtos” vegetais e animais que a família do colono podia obter nas terras da fazenda, o que exige adicionar estimativas aos cálculos de ETTORI. Não havendo como fugir de arbitrariedade neste procedimento, cabe aproveitar as indicações disponíveis.

Uma delas é que a legislação do salário mínimo permitia descontos referentes à oferta, pelos empregadores, de componentes do custo de vida de seus empregados. O maior item era o concernente à alimentação, que, para São Paulo, podia chegar a 43%. Isto significava admitir que quase metade do salário mínimo acabava sendo gasto em bens de origem agropecuária, processados ou não. Se isto for usado como indicador para o que a família de colono conseguia gerar de valor com a produção de gêneros alimentícios, consumidos e vendidos por ela, chega-se a um montante de Cr\$ 4.225,00 (2.505,00+1.720,00, que é metade do salário mínimo).¹¹

Contudo, pode-se considerar que tal valor ainda esteja subestimando a remuneração do colono quando se busca compará-la com a renda totalmente monetizada de uma família urbana. Em primeiro lugar, porque ETTORI parece subestimar alguns itens do custo de vida: o valor que ele imputa ao aluguel da casa fornecida ao colono (Cr\$ 333,00/mês) é bem inferior ao valor que se obtém (Cr\$ 1.135,20) quando se considera os 33% que a legislação permitia descontar do salário mínimo para este fim. É óbvio que se está deixando de lado, neste procedimento, os não menos importantes fatores subjetivos (assim como outros objetivos, de longo prazo etc) que não são desprezíveis quando se compara a vida no campo com a vida na cidade.¹²

¹¹ Nos cálculos e na comparação feita, cabe observar, está sendo considerada uma “situação padrão”, pois é óbvio que existiam diferenças de capacidade e disposição de trabalho entre as famílias de colonos; os percentuais de descontos considerados eram os máximos permitidos na lei, assim como está sendo admitido, implicitamente, que o salário mínimo era respeitado no meio urbano.

¹² Parece não ser necessário lembrar que a vida na cidade permite o acesso a muitos bens públicos (educação etc) e mesmo não públicos que a tornam extremamente atrativa, assim como traz oportunidades de trabalho menos penoso e de emprego formal para os membros mais jovens da família.

Em segundo lugar, porque a historiografia paulista registra casos de história de vida e de manifestações pessoais que indicam a grande importância dos bens obtidos nas terras das fazendas, os quais, inclusive, permitiam a formação de poupanças familiares. Não parece caber aqui uma comprovação disto¹³. Embora se possa considerar um exagero o “suficiente” da citação a seguir, deve-se levar em conta que:

“O único cálculo que pode aproximar-se à verdade, sendo fundamental na observação dos fatos, consiste em considerar suficiente para as necessidades da vida do colono o equivalente aos produtos colhidos por sua conta na pequena porção de terra que lhe cabe por contrato. Assim, o resto, isto é, a retribuição pelo cultivo da quantidade de pés de café a ele destinados e pela colheita medida em alqueires, representaria o lucro e a economia” (VANGELISTA, 1991:201).

Assim, tem-se que a remuneração dos colonos ou a percepção de suas condições de vida não podem ser devidamente captadas recorrendo-se aos níveis salariais em dinheiro e tampouco as alterações naquelas condições podem ser corretamente indicadas pelos quocientes entre salários/preços ao longo do tempo. Diversos trabalhos¹⁴ dedicaram-se a levantar dados e a fazer comparações entre preços em geral ou de gêneros alimentícios e salários monetários rurais e urbanos, sem ter na devida conta esta dificuldade.

Um destes trabalhos é o de BACHA (1979), que lançou mão dos dados sobre os salários dos trabalhadores residentes nas fazendas de São Paulo, cobrindo o período 1948 – 1978, e construiu dois indicadores de salário rural: o *salário-produto* (relação entre salário monetário e preços pagos aos produtores agrícolas em São Paulo), e o *salário deflacionado* (quociente entre o salário monetário e o índice global de preços). Fica evidente, no caso do primeiro indicador, que a apuração da renda real familiar no colonato pode ser considerada mais como um resultado da soma do que do quociente dos dois componentes; no caso do segundo indicador, como argumentado, apenas pequena parte da elevação do índice global de preços piorava as condições de vida da família, já que a elevação dos preços dos gêneros

¹³ Como ilustração, pode-se mencionar o caso da família do imigrante italiano Antônio Ometto, que se tornou colono e cujos descendentes constituíram o maior grupo usineiro de São Paulo. Na obra dedicada à história da família encontra-se escrito que “O salário em dinheiro, para o colono da cana, não era a parte mais importante da sua renda. Tendo acesso às terras para pastagens e plantios, ele e sua família possuíam uma alimentação mais farta e podiam vender o excedente. Pouco era comprado fora e era possível, com esforço, melhorar de vida” (GORDINHO, 1986:77).

¹⁴ Entre eles, cabe mencionar o de CHACEL, 1963 e o de PAIVA, 1966, no qual se encontra menção ao fato de que, no sistema de agregados ou moradores, “o proprietário dá aos trabalhadores um pequeno lote de terra para produzir alimento para o seu próprio consumo” (p. 123), mas não considera a questão da comercialização dos excedentes. Também destaca que “Mesmo nas regiões velhas, há muito ocupadas, as propriedades agrícolas sempre dispõem de terras em descanso” (p. 122).

alimentícios poderia até ser benéfica para os colonos. Contudo, como constatou CHACEL (1963:43), para o período 1950/1962, tal elevação beneficiou mais o esquema de comercialização, o que está de acordo com a obra de Rangel sobre o processo inflacionário brasileiro.

O que se deve destacar é que a relação preços/salários em dinheiro aplica-se aos casos de economias totalmente monetizadas, ou com “assalariamento puro”. Ao produzirem parte significativa de seu próprio “custo de vida”, os colonos não eram atingidos totalmente pelo processo inflacionário, mas apenas no caso de aquisição de certos bens imprescindíveis à vida no campo e não produzidos pela família, os quais, sem dúvida, eram minoria para aquela vida, pelo menos até final da década de 1950. Cabe observar que os menores percentuais de descontos no salário mínimo, permitidos para gastos com o vestuário, higiene e transporte, podem ser tomados como um indicador disto. Seja como for, a comparação devida é entre as diferentes dotações de bens, como ensinam os manuais neoclássicos de Microeconomia.

Portanto, para o colono o fundamental era ter acesso à terra alheia para dela tirar bens que fossem consumidos e/ou que gerassem renda monetária. E isto ocorria enquanto fosse possível combinar a obtenção de um produto comercial dominante com produções subsidiárias, o que o colonato no latifúndio permitia.¹⁵

A questão é que algo modificava-se no espaço rural paulista e brasileiro, o que não é tido na devida conta em diversas análises de estudiosos brasileiros e estrangeiros, principalmente brazilianistas norte-americanos. Tratava-se de um processo de mudança no uso dos “fatores de produção”, recorrendo à expressão neoclássica, que se fez presente ao longo do período 1940-1960, como demonstram os dados das Tabelas 3, 4 e 5. Eles evidenciam que a modernização da agropecuária brasileira é um processo de longa data.¹⁶

O primeiro indicador que se pode destacar é a relação entre pessoal ocupado nos estabelecimentos e o número de tratores (PO/TR), que indica a substituição da força de

¹⁵ Para se ter uma idéia do que ocorria no interior das propriedades cafeeiras paulistas, pode-se recorrer aos seguintes dados: em 1958, o café ocupava apenas 15,9% das terras, mas era responsável por 51,6% da renda bruta gerada; as pastagens ocupavam 51,5% das terras, sendo que o leite e o gado de corte geravam apenas 17,9% da renda; as terras reservadas aos colonos e parceiros ocupavam 8,4% e outras culturas, 6,8%, restando ainda 17,4% de terras não utilizadas e outras. (ver Agricultura em São Paulo, “A Indústria do Café em São Paulo”, Ano VIII, N. 3, março de 1961, págs. 28 e 31).

¹⁶ Para aproveitar a apresentação dos dados em apenas três tabelas, muitos comentários que caberiam na parte seguinte, ou seja, no tratamento do período posterior a 1960, serão antecipados. Isto também permite uma

trabalho pelo mais importante elemento do capital constante dos estabelecimentos agropecuários. A taxa de queda anual deste indicador, para o Brasil, foi a maior no período 1940-1960, seguida da referente à década de 1940. A taxa para o período 1970-1985 foi a menor. São notórias as pequenas diferenças das taxas calculadas para os estados do Sudeste entre 1940 e 1960. Apenas no caso de três estados (MA, BA e AM) as quedas foram maiores no período 1970-1985; nos casos de São Paulo e do Rio de Janeiro, elas foram bem menores neste período; no caso do Rio G. do Sul, a deste período foi a segunda menor.¹⁷

Outros indicadores da Tabela 3 mostram a área de lavoura por pessoal ocupado (AL/PO) e a média de pessoal ocupado por estabelecimento (MPO). Percebe-se que, no caso deste último indicador, há uma queda entre 1940 e 1960, no caso do Brasil como um todo, sendo que em 1970 e em 1985 os números são os mesmos. Como no Pessoal Ocupado (PO) estão consideradas todas as categorias de trabalhadores dos estabelecimentos (inclusive os proprietários e membros de suas famílias), é obvio que caberia desagregar os dados. Este aspecto será abordado na próxima parte. O indicador AL/PO, para o Brasil como um todo, revela a maior elevação exatamente entre 1970 e 1985. Assim, o principal sentido da expansão da área de lavoura no Brasil, após 1970, parece ter sido uma ocupação proporcionalmente menor de pessoas e com um salário mínimo real em queda, como é sabido.¹⁸

A Tabela 4 apresenta uma especificação, por estratos de área total, apenas para alguns estados (devido problema de tamanho), de indicadores do uso do solo e da distribuição do pessoal ocupado. Não há espaço para destacar as várias comparações possíveis entre os números e as evoluções ao longo do tempo, cujo sentido geral confirma os comentários anteriores, particularmente o de que os latifúndios (aqui representados pelos

melhor percepção das diferenças e semelhanças entre os dois períodos. A especificação dos dados para a década de 1960 deve-se ao fato de que ela pode ser considerada como de “transição”.

¹⁷ A explicação estatística de que as maiores taxas do período 1940-1960 devem-se ao fato de que os números daquele primeiro ano eram muito baixos, confirma que a modernização não começou após 1960: em 1940 havia na agricultura brasileira apenas 3.380 tratores, e em 1960, 61.345, um número dezoito vezes maior. Dados de GNACCARINI (1980:83), mostram que o Brasil importou a média anual de 3.100 tratores e acessórios mecânicos agrícolas no período 1937/48; 18.200 no período 1949/53 e 47.600 em 1954. O número de tratores em 1985 era de 665.280 (quase onze vezes o de 1960).

¹⁸ Contudo, modificações importantes na utilização de pessoal ocorreram bem antes disso. Dados apresentados para o Estado de São Paulo, por LOPES, 1977 (p. 47 e 52), mostram que a variação decenal percentual do número de “empregados permanentes e parceiros” foi de -26,8 entre 1940 e 1950; de -21,1 entre 1950 e 1960 e de -38,7 entre 1960 e 1970; já a mesma variação, para a categoria “empregados temporários”, foi, respectivamente, de +9,2, +184,4 e de -29,0. O número índice do uso de tratores

estabelecimentos com mil ha e mais), participam com baixos percentuais de ocupação de pessoas, ao mesmo tempo em que suas lavouras ocupam baixíssimas proporções de suas áreas totais. Portanto, não cabe falar de um grande e generalizado uso dos “fatores tradicionais”. Isto só acontece no caso dos pequenos estabelecimentos (menores de dez ha). Pode-se argumentar que a relação área de pastagem/área total (AP/AT) mostraria um maior percentual de uso da terra, mas é sobejamente sabido que a pecuária é uma forma histórica de preservação do latifúndio, com baixíssima ocupação de mão de obra. Destacam-se as elevações, entre 1970 e 1985, das relações AL/PO e AL/AT de São Paulo, do Paraná, de Goiás e principalmente do Maranhão. Nos três primeiros casos, é provável que isto se deva à expansão da cultura da cana, que utiliza muita mão de obra temporária (em São Paulo, também à expansão da citricultura). No Maranhão, é provável que se deva à introdução da soja, uma cultura totalmente mecanizada.

Constata-se nos dados do Brasil a elevação da participação do latifúndio no pessoal ocupado, pós 1970. Isto se deve, não resta dúvida, ao uso de mão de obra temporária neste tipo de estabelecimento, assim como a queda daquele percentual entre 1950 e 1970 pode ser atribuída à expulsão dos trabalhadores permanentes, conforme será discutido a seguir. A relação AL/PO é sempre maior no primeiro estrato e, no Brasil, pouco variou no caso dos pequenos, tendo se elevado substancialmente mais no latifúndio do que nos estabelecimentos com área total entre 10 e menos de mil ha.

Assim, tem-se que uma comparação entre os períodos 1940/1960 e 1960/1985 apresenta como traço inequívoco uma modernização cuja principal diferença é a alteração na categoria de trabalhadores utilizados: de permanentes (colonos e parceiros, principalmente) para temporários, dada a gradual ocupação das terras dos maiores estabelecimentos pelas culturas principais, parcial ou totalmente mecanizáveis.

(1940=100), foi de 271 em 1950, 1502 em 1960 e de 4767 em 1970. Este trabalho contém uma minuciosa análise de diferentes tipos de exploração na evolução da agropecuária paulista, entre 1940 e 1970.

TABELA 3 – BRASIL – EVOLUÇÃO DE INDICADORES DO USO DE FATORES DE PRODUÇÃO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA - 1940 – 1985

ESTADOS	DADOS DE 1940		DADOS DE 1950		DADOS DE 1960		DADOS DE 1970		DADOS DE 1985		TAXAS DE QUEDA ANUAL – PO/TR									
	AL/PO	MPO	PO/TR	AL/PO	MPO	PO/TR	AL/PO	MPO	PO/TR	AL/PO	MPO	1940-50	1940-60	1940-70	1940-85	1940-85				
MA	74378	0,6	5	23039	0,9	4	19421	0,9	4	7040	0,6	3	566	1,8	3	-11,06%	-6,49%	-9,65%	-15,47%	-10,27%
PI	65684	1,4	8	10315	1,1	6	5047	1,3	4	2126	1,2	2	398	2,4	3	-16,90%	-12,04%	-8,28%	-10,57%	-10,73%
CE	19288	1,8	8	15588	1,7	6	3853	2	7	1392	2,3	4	303	2,5	4	-2,11%	-7,74%	-9,68%	-9,67%	-8,82%
RN	25518	1,6	7	13808	1,9	7	907	2,1	6	540	2,5	3	140	2,8	4	-5,96%	-15,37%	-5,05%	-8,61%	-10,92%
PB	37705	1,5	8	7002	1,5	6	1180	1,8	5	711	2	3	265	2	4	-15,50%	-15,90%	-4,94%	-6,37%	-10,43%
PE	10384	1,2	6	6196	1,1	5	1261	1,1	5	742	1,3	3	271	1,7	4	-5,03%	-10,01%	-5,16%	-6,49%	-7,78%
AL	7293	1,1	8	7857	1	5	1110	1,2	6	446	1,3	4	168	1,8	4	0,75%	-8,98%	-8,71%	-6,30%	-8,04%
SE	4908	0,8	4	3438	0,9	4	2897	0,7	4	640	0,8	3	169	1	3	-3,50%	-2,60%	-14,01%	-8,49%	-7,21%
BA	29212	1,1	6	15644	1,1	5	3095	1,2	5	1157	1,1	4	201	1,6	4	-6,05%	-10,62%	-9,37%	-11,01%	-10,47%
MG	7441	1,4	7	2449	1,6	7	436	1,7	6	194	1,8	4	44	2,2	5	-10,52%	-13,23%	-7,78%	-9,42%	-10,78%
ES	10517	2,4	6	4707	2,2	6	561	2,6	5	265	2,3	4	44	2,9	6	-7,72%	-13,63%	-7,23%	-11,28%	-11,46%
RJ	3210	1,6	8	569	2,1	6	159	2,3	5	65	2,5	3	33	2,1	4	-15,89%	-13,95%	-8,56%	-4,42%	-9,67%
SP	1305	2,3	7	401	2,8	7	64	2,8	5	21	3,3	4	9	5	5	-11,13%	-13,99%	-10,55%	-5,49%	-10,47%
PR	4011	2,9	4	1813	2,7	6	248	2,7	5	106	2,4	4	18	3,6	4	-7,63%	-12,99%	-8,15%	-11,15%	-11,32%
SC	4416	1,5	4	9047	1,8	4	520	1,7	4	126	1,7	4	19	2,5	4	7,44%	-10,14%	-13,22%	-11,85%	-11,40%
RS	831	1,9	4	477	2,3	4	88	2,8	4	36	3,4	3	13	4	4	-5,40%	-10,62%	-8,55%	-6,57%	-8,83%
AC	3,7	23	3181	0,9	9	1507	0,7	8	2587	0,6	3	440	1,1	3	3	5,55%	-11,14%			
AM	19331	3,5	4	6929	0,6	4	6803	0,6	5	3738	0,5	3	782	0,9	5	-9,75%	-5,09%	-5,81%	-9,90%	-6,88%
PA	12369	1,9	4	5712	0,7	4	912	0,9	4	575	0,7	4	260	1,7	5	-7,44%	-12,22%	-4,51%	-5,15%	-8,22%
MT	5705	4,4	9	1654	1,6	5	225	2	4	89	2	3	18	5,6	4	-11,65%	-14,93%	-8,86%	-10,11%	-12,01%
GO	22318	1,2	5	3363	1,6	5	370	2	5	93	2,9	4	22	5,2	5	-17,24%	-18,53%	-12,90%	-9,16%	-14,26%
BRASIL	3357	1,7	6	1314	1,7	5	255	1,8	5	106	1,9	4	35	2,7	4	-8,95%	-12,09%	-8,40%	-7,12%	-9,64%

Fontes: SZMRECSÁNYI, 1986, Quadros II4, III1 e III2, FIBGE, Censo Agropecuario de 1985.

Notas: 1- O dado censitário indica que no Acre nenhum estabelecimento declarou possuir trator em 1940.

2 – Os estados estão considerados conforme a divisão territorial que existia em 1940.

A Tabela 5 traz outros indicadores da evolução da agropecuária brasileira, destacando-se os que se referem ao uso das terras dos estabelecimentos, por estado e por região. A subdivisão em duas macro-regiões - Região de Ocupação Antiga (ROA) e de Ocupação Recente (ROR) - permite perceber melhor a importância, após 1970, da expansão das lavouras para o Norte e Centro/Oeste, o que fez com que mais do que dobrasse a participação daquela segunda região no total de áreas de lavoura do país.

TABELA 4 – BRASIL E ALGUNS ESTADOS – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO E INDICADORES DA INTENSIDADE DO USO DO SOLO DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL - 1940 – 1985

ANO	- 10 há			10 a – 1000 ha			1000 e + há			- 10 há			10 a – 1000 ha			1000 e + há		
	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO
SÃO PAULO										PERNAMBUCO								
1940	12,3	73	1,5	76,0	28	2,5	11,7	10,0	3,0	38,1	61	0,8	59,3	20	1,6	2,5	9,0	2,9
1950	11,0	80	2,0	75,7	27	3,1	13,3	11,0	3,9	53,3	64	0,8	40,6	17	2,2	6,1	11,4	3,3
1960	26,1	84	1,7	64,9	27	3,7	9,0	11,6	5,3	64,8	69	0,7	33,8	22	2,9	1,4	7,5	7,0
1970	28,5	77	1,5	65,7	26	4,5	5,8	10,3	6,1	68,5	68	0,7	30,0	19	3,0	1,5	10,3	6,4
1985	21,3	68	1,1	68,4	36	5,4	10,2	24,5	10,0	58,8	73	1,5	39,0	30	3,0	2,1	16,0	5,5
PARANÁ										MARANHÃO								
1940	12,9	71	1,8	82,6	16	3,5	4,5	2,8	6,0	69,1	94	0,7	28,1	18	0,9	2,8	1,4	3,4
1950	9,2	70	1,6	84,1	23	3,3	6,7	4,8	5,0	73,7	66	0,6	23,4	7	1,9	3,0	1,1	9,9
1960	21,9	80	1,7	74,8	33	3,4	5,2	9,4	6,3	83,7	93	0,7	15,1	24	2,6	1,2	1,5	9,8
1970	43,4	80	1,6	55,3	32	2,1	1,3	6,0	4,8	83,0	89	0,6	16,2	13	1,1	0,8	0,3	2,9
1985	36,7	78	1,3	60,6	45	4,7	2,7	13,2	10,0	78,1	94	0,5	20,0	20	5,1	1,5	10,8	28,7
GOIÁS										BRASIL								
1940	16,8	65	0,8	70,7	3	1,4	12,5	0,7	2,8	19,5	57	0,8	74,0	16	1,9	6,5	2,8	4,0
1950	7,9	71	1,3	80,1	3	1,6	12,0	0,7	3,4	21,9	56	0,9	71,5	14	2,4	6,6	2,0	4,2
1960	10,0	68	1,5	81,6	5	2,2	8,4	1,0	4,1	33,9	67	0,9	62,5	17	2,8	3,6	2,4	6,0
1970	8,5	58	1,4	84,8	9	3,0	6,7	1,7	6,7	42,1	66	0,9	55,7	16	2,9	2,2	1,5	5,5
1985	10,9	69	1,2	77,1	12	4,3	12,0	6,4	14,8	39,8	69	0,7	55,9	22	3,4	4,2	6,7	11,2

Fontes: SZMRECSÁNYI: Quadros IV.3 e IV.4; Censo Agropecuário de 1985.

Nota: Em 1985, os dados do Estado de Goiás incluem os do Estado de Tocantins.

A abundância de terras é evidente, pois mesmo na ROA os estabelecimentos absorviam, em 1940, apenas 42,5% da superfície (AT/SUP), e, em 1985, 70,5%, com o maior porcentual sendo o do Rio Grande do Sul, cuja importância na produção vegetal no Brasil fica clara na tabela, pois, em 1940, ficou atrás apenas de São Paulo e de Minas Gerais na participação individual do indicador AL/BR (área de lavoura do estado/área de lavoura do Brasil).

TABELA 5 – BRASIL – TAXAS DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E INDICADORES DO USO DE SUAS TERRAS - 1940 – 1985

ESTS./REGS	DADOS CENSITÁRIOS DE 1940		DADOS CENSITÁRIOS DE 1960		DADOS CENSITÁRIOS DE 1970		DADOS CENSITÁRIOS DE 1985		TXS. % CRESC. N. ESTBS.										
	AL/AT	PI/AT	AL/BR	AT/SUP.	AL/AT	PI/AT	AL/BR	AT/SUP.	1940-60	1960-70	1970-85								
MA	9,54	34,37	1,52	9,27	10,9	30,11	3,12	25,31	7,07	31,06	2,25	33,25	19,55	35,03	4,84	47,9	5,19	4,24	1,97
PI	7,46	30,92	1,91	18,97	5,09	21,71	1,62	35,92	6,62	34,9	1,87	37,89	16,5	30,01	3,11	46,65	5,07	9,58	1,45
CE	15,25	26,7	6,97	58,62	14,3	30,8	5,45	74,54	19,49	33,41	6,94	82,45	28,92	31,73	5,07	74,98	1,37	7,19	1,87
RN	11,94	53,4	2,11	62,65	16,86	49,92	2,16	69,53	16,88	41,66	2,27	86,25	27,18	35,02	1,9	82,68	1,87	7,59	0,74
PB	20,68	35,87	3,9	62,94	24,88	46,08	3,53	72,2	25,79	44,87	3,42	81,3	30,57	40,67	2,37	86,43	3,01	3,71	1,21
PE	22,34	29,29	4,6	39,43	23,58	32,81	4,87	60,27	23,03	37,31	4,33	65,04	32,59	30,71	3,48	68,15	3,8	2,47	0,48
AL	18,29	16,44	1,4	51,97	22,55	28,31	1,5	68,97	25,53	31,08	1,68	80,98	47,52	34,09	1,79	85,49	3,28	5,34	2,06
SE	13,38	30,22	0,62	39,61	12,19	50,03	0,62	66,8	11,61	58,36	0,6	79,26	18,49	66,45	0,56	87,24	3,21	3,9	1,28
BA	10,7	24,93	7,62	23,94	12,24	35,46	7,53	31,55	10,62	40,72	6,95	39,76	15,47	44,88	8,24	59,7	2,64	3,57	2,09
NORDESTE	13,45	29,95	30,65	27,81	13,86	34,38	30,4	40,84	13,89	37,52	30,31	48,17	21,39	38,18	31,36	59,69	3,29	4,6	1,6
MG	8,47	55,97	15,06	57,46	9,39	67,67	12,54	65,81	8,43	70,74	10,42	72,11	12,94	63,1	9,44	78,68	1,34	2,02	1,3
ES	28,43	20,4	3	43,6	25,53	38,34	2,57	63,36	18,45	48,68	2,04	82,43	29,27	48,25	1,82	85,43	1,35	2,61	-0,17
RJ	22,23	36,47	3,97	77,71	20,54	48,19	2,16	69,82	19,31	52,15	1,88	76,58	20,93	53,83	1,09	75,38	0,14	2,94	1,1
SP	23,25	34,06	22,93	75,13	24,7	51,14	16,61	78,05	23,2	56,15	13,94	82,55	33,39	49,03	10,76	81,86	1,15	0,29	-0,98
SUDESTE	14,55	47,08	44,96	58,87	15,58	59,56	33,88	70,14	13,83	64,37	28,28	75,65	19,81	58,01	23,11	79,72	1,17	1,48	0,45
PR	12,23	32,69	4,06	31,41	30,22	23,66	11,98	57,19	32,26	30,83	13,88	73,48	39,91	35,93	10,61	83,89	7,41	7,5	-1,15
SC	9,69	37,39	2,5	50,92	16,7	33,5	3,46	62,31	18,96	35,13	3,92	73,58	29,57	33,28	3,49	77,71	2,95	2,76	0,83
RS	8,32	69,39	9,03	76,41	17,13	62,51	12,92	80,96	20,91	61,47	14,65	88,99	30,17	54,42	11,44	89,04	2,53	3,03	-0,2
SUL	9,30	57,19	15,59	56,14	20,89	46,74	28,36	69,37	24,26	47,54	32,45	80,88	33,47	44,71	25,54	85,29	3,79	4,67	-0,41
RG.OC.ANT.	12,89	43,84	91,2	42,52	16,17	47,03	92,64	55,05	16,36	49,79	91,04	62,60	23,56	46,46	80,01	70,54	2,74	3,87	0,83
AC	1,28	0,89	0,47	45,32	0,21	0,22	0,07	61,51	0,86	1,54	0,1	27,01	2,47	6,23	0,21	34,31	6,48	20,18	2,82
AM	4	5,94	1,81	4,74	1,34	11,43	0,34	4,06	2,63	22,89	0,47	3,39	6,38	21,52	0,81	4,47	4,15	5,86	2,3
PA	4,89	17,03	2,62	7,38	4,67	20,99	1,06	4,75	3,32	25,11	1,11	8,31	8,09	27,28	3,34	18,98	1,87	5,49	3,98
NORTE	3,61	8,95	4,9	7,70	1,84	9,46	1,47	7,08	2,66	19,10	1,68	7,00	7,41	22,62	4,36	13,66	2,67	6,35	3,34
MT	1,81	69,7	1,99	14,04	1,25	72,96	1,34	21	1,68	69,04	2,35	32,13	7,03	52,43	8,39	50,85	8,27	8,71	4,31
GO	1,8	70,6	1,87	30,26	3,42	66,35	3,45	44,79	4,59	66,46	4,85	55,5	9,46	66,81	7,11	72,89	3,5	2,82	1,31
C./OESTE	1,80	70,14	3,86	18,99	2,28	69,77	4,79	28,26	2,94	67,91	7,2	38,50	7,91	60,01	15,5	54,88	4,55	4,96	2,77
RG.OC.REC.	2,51	46,43	8,76	12,11	2,16	52,82	6,26	15,36	2,88	57,12	8,88	19,30	7,77	49,55	19,86	29,76	3,59	5,62	3,05
BRASIL	9,38	44,72		22,98	11,49	48,96		29,55	11,55	52,40		34,78	16,75	47,79		44,34	2,81	4,04	1,09

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1986: Quadros II.4, III.1 e III.2; FIBGE, Censo Agropecuário de 1985 (idem nota 2 da Tabela 3).

As bem maiores relações AP/AT, quando comparadas com a AL/AT nos estados da ROR, primeiro no Centro/Oeste, depois no Norte, constituem-se em um indicador inequívoco do já afirmado, ou seja, que os latifundiários brasileiros utilizam a pecuária extensiva como meio de “demarcação” de suas terras. Seus latifúndios ficam evidentes quando se leva em conta que o indicador AL/AT, em 1985, não chegava a 8%, mesmo considerando-se a mencionada elevação da região na área de lavoura do país.

A taxa de crescimento do número de estabelecimentos mostra como se formaram novas explorações nas duas grandes regiões. A maior taxa é a do período 1960-1970. Mas, neste período, o número de estabelecimentos também cresceu bastante em alguns estados do Nordeste, no Mato Grosso e no Paraná, único estado do Sul em que isso ocorreu também entre 1940 e 1960. No Sudeste, as taxas sempre foram baixas.

Pode-se tomar os indicadores AT/SUP e porcentual de crescimento do número de estabelecimentos como representativos do que se pode chamar de “fronteira externa” aos estabelecimentos, ou seja, de expansão da produção agropecuária fundamentalmente recorrendo à ocupação de novas áreas. Para contraposição, AL/AT+AP/AT pode representar uma expansão via “fronteira interna”, ou seja, maior utilização das terras dos latifúndios já formados em cada região. Não havendo aqui espaço para um exame detalhado dos dados, cabe destacar que, na ROR, é facilmente perceptível que, após 1960, predominou a formação de novos estabelecimentos, contraposta à baixa expansão (0,83%) ocorrida na ROA, principalmente após 1970. Mas isto não significa que não se lançou mão, na ROR, da “fronteira interna” - ou seja, das terras dos latifúndios previamente formados, o que é indicado pela elevação da soma AL/AT+AP/AT entre 1960 e 1985 (de 54,98% para 57,32%). No caso da ROA, a expansão desta soma entre 1960 e 1985 (de 63,20% para 70,02%), evidencia que os latifúndios locais continuaram expandindo a produção também com base na “fronteira interna”.

Resumidamente, tem-se claro que a questão agrária brasileira foi marcada por uma produção que se expandiu tanto nos latifúndios da região densamente povoada - que lançou mão quer de terras disponíveis no seu interior, quer de novas áreas, assim como nos que foram criados na região de fronteira - e que repetiram aquele movimento, detectando-se um

longo processo de modernização que apresentou diferentes situações iniciais e diferentes ritmos de expansão, principalmente quando se toma cada estado.¹⁹

Pode-se especificar o ocorrido no interior de cada estado, com base na distinção AL/AT e AP/AT. No caso de São Paulo: entre 1940 e 1970, a proporção de área dos estabelecimentos com pastagem (naturais e plantadas) tornou-se maior, em decorrência tanto do papel desta no processo de ocupação de terras dos latifúndios como da produção de carne bovina, demandada pelo processo de urbanização/industrialização do estado. Entre 1970 e 1985, cai o percentual AP/AT, o que decorre da grande expansão das lavouras canavieira (devido o Proálcool) e citrícola (devido exportação de suco concentrado), como evidenciam outros dados que não são aqui exibidos. O Rio Grande do Sul apresenta uma contínua queda do indicador AP/AT.

Portanto, os dados mostram um longo processo de substituição entre os fatores e que, principalmente, a terra é que era poupada, pois é isto que significam as enormes reservas de terras no interior dos latifúndios. Em 1985, mesmo em São Paulo, embora tais reservas ainda não estivessem esgotadas, o fundamental é ter em conta que mecanização - ou o crescente uso de capital físico que vinha ocorrendo - implicava uma diminuição da necessidade de mão-de-obra à disposição do fazendeiro em suas terras.²⁰

3. O Período 1960 – 1985: Institucionalizando a unificação dos mercados de trabalho e consolidando estruturas, com uma modernização muito mais que induzida

É lugar comum a afirmação de que o início da década de 1960 foi um período de fundamental importância para a história brasileira. Para os objetivos deste trabalho, cabe observar que alguns analistas consideram a aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) um momento decisivo para as relações aqui tratadas. Contudo, convém lembrar que um dos fatos motivadores disto foi a luta desencadeada pelas Ligas Camponesas na Zona

¹⁹ Esta interpretação se contrapõe à idéia de que “força exógenas ao setor agrícola predominaram quer na explicação dos motivos da sua não modernização, até meados dos anos 60, quer na explicação dos motivos que detonaram sua modernização a partir deste período” (SANTOS, 1986:129).

²⁰ Como observou MUELLER (1976:780), “O que se pode dizer é que a adoção de processos mecanizados depende, além do preço do produto e dos fatores de produção, da produtividade destes últimos nas duas alternativas à disposição do fazendeiro, entre outras coisas. Sabe-se também que, via de regra, a mecanização aumenta de forma substancial a produtividade da mão-de-obra”. Ou, como afirmou Ignácio Rangel em 1979: “...tudo se passou no Brasil como *se a mão-de-obra fosse escassa e cara e o capital abundante e barato*. E isto, não pelo simples e superficial gosto pela imitação e sim porque, do ponto de vista do empresário, *assim era e é*” (RANGEL, 2000:151, itálicos no original).

da Mata pernambucana, em função das dificuldades que a expansão da cana vinha provocando na sustentação das condições de vida dos moradores dos engenhos e usinas.

As alterações na ocupação de trabalhadores naquela zona foram estudadas por CABRAL, 1983. Cabe destacar duas de suas observações (págs.196 e 198): “Observa-se uma queda significativa no número de trabalhadores permanentes de 1950 para 1960” (ver Tabela 6) e “o processo de proletarização prossegue, com os poucos moradores que ainda detêm um sítio, perdendo-o, ou recebendo terras tão distantes do local de trabalho que torna-se impossível para eles cuidar de sua lavoura de subsistência”.

TABELA 6 – FORÇA DE TRABALHO RURAL EM SÃO PAULO E PESSOAL OCUPADO NAS MICRORREGIÕES CANAVIEIRAS DE PERNAMBUCO – ANOS INDICADOS

SÃO PAULO (números em mil pessoas)					PERNAMBUCO (números absolutos)				
Especificação	1955	1960	1969	1976	Especificação	1950	1960	1970	1975
Proprietários	362,0	378,0	454,0	351,0	Familiar	31.340	66.342	90.480	87.824
Arrendatários	216,0	230,0	83,0	41,3	Permanente (*)	88.129	65.655	64.205	65.114
Parceiros	226,0	288,0	254,0	146,5	Temporário	69.911	94.843	49.950	29.325
Colonos	288,0	229,0	32,0	26,6	Parceiro	2.382	649	33	107
					Outra condição(**)	-	10.502	212	2.599

Fonte: GASQUES, 1980:643 e CABRAL, 1983:199.

(*) É nesta categoria que está incluído o morador no sentido empregado no texto, ou seja, aquele “trabalhador que recebe, além de um salário (geralmente mais baixo que o que seria pago a um trabalhador de fora) para trabalhar na cana, um lote de terra para plantar lavoura de subsistência” (CABRAL, 1983, p. 195).

(**) Segundo nota da tabela original, é uma categoria do censo, onde são classificadas “as pessoas que embora trabalhando no estabelecimento não se enquadram nas categorias anteriores, sendo conhecidos como agregados ou moradores”. Ver nota de rodapé n. 25.

Em São Paulo, como indicado, o colonato já vinha se apresentando como um obstáculo à continuidade do processo de mecanização e expansão das principais lavouras comerciais dos latifúndios (café, cana, algodão, laranja)²¹. Isto está devidamente tratado na obra de STOLCKE, 1986, no capítulo intitulado “A transição dos anos 60: de colonos a trabalhadores assalariados eventuais”. A autora destaca que a mecanização parcial das lavouras (algo geralmente ignorado na abordagem de diversos autores) inviabilizava a permanência dos colonos ou trabalhadores permanentes nas fazendas. Ou seja, aflorou, com o passar dos anos, uma contradição entre as transformações técnico/produtivas e a disponibilidade de mão de obra no interior dos latifúndios. A autora observa ainda que

²¹ O trabalho de BRANT (1977) mostra como o surgimento e expansão de duas culturas temporárias (algodão e cana) numa região de São Paulo estão associadas com a preservação do latifúndio e com alterações no pessoal ocupado, das quais destaca o assalariamento puro e a expansão do trabalho temporário. Sobre o caso da expansão da cana em regiões de São Paulo, ver GNACCARINI, 1980, págs. 92 a 103.

“Mais importante para inviabilizar o colonato foi o efeito dos novos métodos de cultivo sobre a simbiose anterior entre o café e as culturas alimentares” (p. 197).²²

Considerando o processo pelo lado dos colonos e recorrendo aos comentários de outra pesquisadora, STOLCKE (1980:312) destaca que o abandono das fazendas pelo colono em São Paulo era visto “sobretudo como uma diminuição do controle dos trabalhadores sobre a subsistência, devido à sua crescente submissão ao mercado de alimentos”.²³

Portanto, fica evidente que não foi o ETR que criou uma nova situação quanto à ocupação e condições de vida dos trabalhadores rurais do Brasil: ele deve ser visto não como causa, mas como manifestação de um processo, embora possa tê-lo acelerado. Cabe observar que Caio Prado Júnior, em 1963, mesmo mostrando-se surpreso com a forma como tramitou no Congresso Nacional o projeto de lei e mesmo tendo feito críticas aos seus dispositivos, acabou manifestando otimismo quanto à contribuição do ETR para a alteração da estrutura fundiária no Brasil, pois esperava uma “liberação de terras” pelos latifúndios (PRADO JÚNIOR., 1979:Cap. 4).

O argumento de que se aprofunda, após 1960, a substituição de trabalhadores permanentes por trabalhadores temporários na agropecuária brasileira carece de devida comprovação empírica, já que o dado censitário não pode ser tomado (diretamente) como tal.²⁴ Sabe-se que os proprietários rurais, em desrespeito à lei e/ou para diminuição de custos, transferiram a intermediários a maior parte da contratação de mão de obra temporária, o que provoca uma grande distorção nas proporções relativas. Assim, apenas

²² Verena Stolcke mostra também como o avanço da cana contribuiu para acelerar a contradição referida, assim como discute as limitações do ETR em relação à situação dos trabalhadores eventuais.

²³ Dados apresentados por Francisco de Oliveira mostram que, entre 1965 e 1969, de nove bens componentes da alimentação básica dos trabalhadores, apenas dois (sal e açúcar) não apresentaram elevação de custo de aquisição, medido em minutos de trabalho (OLIVEIRA, 1981:60).

²⁴ Os censos agropecuários só captam os empregados temporários contratados diretamente pelo estabelecimento. Mesmo assim, dados apresentados por REZENDE (1984:980), para diversos estados do país, mostram que predominou queda da participação dos empregados temporários entre 1960-1970 e elevação entre 1970-1980. KAGEYAMA (1982:6) fez uma estimativa do número total de trabalhadores temporários na agricultura brasileira, em 1975, incluindo os contratados pelas empreiteiras, que chegou a quase 3,3 milhões, sendo que a taxa de crescimento do número desses trabalhadores, entre 1970-1975, teria sido de 6,5% ao ano. Quanto às estatísticas sobre trabalhadores rurais no Brasil, ver SILVA, 1982, Cap. 8.

trabalhos que busquem levantar dados primários podem captar de maneira adequada o processo.²⁵

Este estado de coisas apenas começou a mudar, em São Paulo, após 1984/5, quando os juizes trabalhistas passaram a fazer com que os proprietários arcassem com a indenização dos direitos dos trabalhadores arregimentados pelos “gatos”.²⁶

Um indicador da generalização do uso de trabalhadores eventuais/temporários na agricultura brasileira é o ocorrido com a população rural após 1960. Tomando-se as macroregiões do país, tem-se que a taxa de crescimento anual desta apresentou pela primeira vez número negativo (-1,88%) no Sudeste entre 1960 e 1970. Para o país como um todo, caiu pela primeira vez o número absoluto de tal população (de 41,1 para 38,6 milhões) de 1970 para 1980. Por sua vez, a busca de sobrevivência em novas áreas pode ser considerada a causa principal para que o Norte tenha apresentado uma alta taxa anual (3,71%) de crescimento nesta última década, conforme mostram os dados compilados por GOODMAN (1986:163).

O último componente da consolidação das estruturas que convém mencionar rapidamente é a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, que ampliou sobremaneira os financiamentos rurais da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, criada em 1937. Como observado em SZMRECSÁNYI & RAMOS (1997:238/9), após 1969 os créditos passaram a beneficiar os maiores produtores e, principalmente após 1974, com as elevações das taxas anuais de inflação, passaram a embutir um subsídio, via taxas negativas de juros, o que perdurou até 1986.²⁷

Assim, barateou-se tanto o capital constante como o variável, pois o salário mínimo foi submetido a um achatamento em nome do controle do processo inflacionário, no mesmo período em que a maioria esmagadora dos trabalhadores da agropecuária não tinha mais a alternativa de produzir parte significativa de sua alimentação e muito menos de gerar renda complementar (ou principal) nas terras dos latifúndios. Para os trabalhadores brasileiros a terra tornou-se ainda mais cara e inacessível.

²⁵ O trabalho de CABRAL, depois de apresentar a tabela aqui reproduzida, esforça-se para captar devidamente “a magnitude relativa das principais categorias de trabalho em análise” na região canavieira de Pernambuco, tendo em conta que “os dados sobre trabalho temporário não são confiáveis” (págs. 201 e 197).

²⁶ Em boa medida, isto foi decorrência da luta sindical dos trabalhadores de algumas áreas canavieiras do estado. Ver sobre isso, SILVA, 1997, Caps. 5 e 6.

Neste contexto, não se pode concordar com a explicação dos analistas que se fundamentaram no modelo de inovação induzida, de que tudo se resume a distorções dos preços de mercado dos fatores de produção, seja em decorrência dos mencionados subsídios ao capital, seja pela fixação de um salário mínimo legal, como se houvesse uma situação ideal, a de pleno e livre funcionamento da lei da oferta e da procura, o qual é atrapalhado pela intervenção governamental.²⁸ Como observou REZENDE (1980:215/6), inspirado em Celso Furtado e outros, “O ponto básico aqui é que independentemente da relação quantitativa (disponibilidade relativa) entre a terra e a mão-de-obra, enquanto fatores de produção (em sua *forma natural*, por assim dizer), o que tem sido crucial é a *forma social* assumida pelo trabalho e pela terra”. Esta forma social, passa, como se sabe, pela questão do Poder.

Nesta perspectiva, não se pode menosprezar a importância da estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro: “Assim sendo, hoje, senão há 25 ou 50 anos, não são as distorções e as iniquidades da estrutura agrária, nem a falta de espírito inovador empresarial, de parte dos proprietários rurais, grandes ou pequenos, que farão da agricultura o ‘calcanhar de Aquiles’ do desenvolvimento econômico brasileiro” (NICHOLLS, 1972:206).²⁹ Este autor, como acontece com o idealismo neoclássico, termina o parágrafo remetendo a culpa à “incapacidade do Governo brasileiro em oferecer serviços adequados de infra-estrutura rural, os quais são mais que suficientes para evitar tal acontecimento”. Cabe lembrar que a atuação do Governo e a institucionalidade são, em última instância, resultados da “luta de classes”, por mais que isto queira ser esquecido por alguns ou seja desprezado por outros, quando fazem suas análises sobre a história econômica do Brasil.

²⁷ Ver dados apresentados por BUAINAIN & REZENDE, 1995:38. Como se sabe, outros subsídios foram concedidos principalmente aos grandes produtores rurais, cabendo lembrar os relacionados à aquisição de fertilizantes químicos.

²⁸ Ver menção feita por ROMEIRO (1998:149) para a explicação de dois autores estrangeiros, um deles o próprio Ruttan.

²⁹ SANTOS (1986:131) parece ter claro onde sempre esteve o problema, mas acaba reduzindo sua dimensão a vieses de mudança técnica, ou, no máximo, a erros de política econômica. Cabe reproduzir o final de seu trabalho: “Foi mostrado nesta pesquisa que o processo se deu via vieses de mudança técnica, poupando o uso de fatores abundantes no Brasil, terra e trabalho. Dada a estrutura agrária que prevalece na agricultura brasileira, a continuação da utilização das mesmas políticas que orientaram tal processo de modernização tem que ser bastante questionada”.

4. Observações finais

A principal conclusão que se pode tirar da história sinteticamente relatada acima é a de que, no fundamental, tanto Ignácio Rangel como Francisco de Oliveira estão parcialmente corretos.

Da perspectiva de Rangel, não há dúvida de que a rigidez da estrutura fundiária foi fundamental para que o processo de acumulação de capital no Brasil, seja nas atividades urbanas, seja nas da agropecuária, pudesse contar com um excedente estrutural de força de trabalho que o tornou vigoroso ao longo do período 1930-1960, período a que está remetida sua análise. Neste sentido, parece difícil discordar de sua conclusão sobre a política salarial e sindicalista do período populista, cuja importância para o processo de industrialização e de acumulação de capital é inegável e amplamente reconhecida.

Acontece que naquele período, o salário mínimo não era o determinante principal do êxodo rural, pois as informações e dados disponíveis indicam que a remuneração de parte das famílias dos trabalhadores do campo podia ser considerada maior ou igual aquele salário; podendo aceitar-se sua afirmação apenas para uma parte dos trabalhadores que migraram, aqueles que não tinham acesso a terra. Nesse sentido, cabe qualificar o recurso a uma relação direta entre a oferta de trabalho na cidade e no campo e o nível do salário mínimo, pois tais ofertas estiveram fundamentalmente associadas à mencionada rigidez da estrutura fundiária, combinada com um dado regime de produção/trabalho, o que foi aos poucos sendo alterado com a modernização da agropecuária. Contudo, o achatamento salarial após a década de 1960 parece ser uma triste confirmação da afirmação de Rangel.

A afirmação de Francisco de Oliveira, por sua vez, nega a dualidade dos mercados de trabalho, mas ficou indicado que o colono/morador resistia à alteração de sua condição, tanto assim que lutou para não perder o acesso à terra alheia, o que pode ser considerado um indicador dessa dualidade,. Contudo, ele tem inegável razão ao afirmar que os salários eram nivelados por baixo: a integração do grande espaço geográfico nacional sob aquela rigidez sempre foi a válvula de segurança disso, o que ficou mais claro após 1960: a história confirmou sua razão, já que os salários, principalmente dos trabalhadores não qualificados, que não eram altos, tornaram-se ainda menores, o que se constitui num dos traços mais marcantes do subdesenvolvimento brasileiro.

Para concluir, cabe enfatizar que as reservas de terra dos latifúndios durante todo o período aqui analisado são uma evidência de que ela não foi o “fator de produção” utilizado

em grande proporção, como querem os analistas do modelo de inovação induzida e cabe qualificar a afirmação de que, após 1960, passou-se a “poupar” mão de obra, já que o longo e parcial processo de modernização teve como efeito mais forte a alteração na forma de uso da mão-de-obra (de permanente para temporária) e não propriamente na quantidade, como se pode inferir das informações disponíveis. Enfim, a rigidez da estrutura fundiária, mantida no nível político, sempre condicionou a tal disponibilidade relativa de “fatores de produção”. Isto foi outra coisa que se explicitou no período posterior a 1970, quando o capital, um fator considerado escasso, foi fornecido a um baixo preço, principalmente para os grandes proprietários rurais.

5. Referências bibliográficas

- BACHA, E. L., 1976. Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- _____, 1979. “Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: O caso do Brasil”. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 9, n. 3, p. 585-628 (dezembro).
- BUAINAIN, A. M. & REZENDE, G. de C., 1995. “Ajuste, inflação e agricultura no Brasil: A experiência dos anos oitenta”. In RAMOS, P. & REYDON, B. P., Agropecuária e agroindústria no Brasil: Ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas, ABRA, p. 23-41.
- BRANT, V. C., 1977. “Do colono ao bóia-fria: Transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis”. Estudos Cebrap 19, São Paulo, Edições Cebrap, p. 37-91.
- CABRAL, P. E. de C. T., 1983. O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco: Da senzala ao caminhão. Recife, UFPE, PIMES/CME (dissertação de mestrado).
- CAMARGO, J. F. de, 1960. Êxodo Rural no Brasil: Formas, causas e consequências econômicas principais. Rio de Janeiro, Ed. Conquista.
- _____, 1981. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Vol. I, São Paulo, IPE/USP (Série Ensaios econômicos, 14).
- CHACEL, J. M., 1963. “Preços e custos na agricultura brasileira”. Revista Brasileira de Economia, vol. 17, n. 3, p. 35-67 (setembro).
- ETTORI, Oscar J. T., 1961. “Mão de obra na agricultura de São Paulo – Categorias – Remuneração – Legislação”. Agricultura em São Paulo, Vol. 8, N. 12, p. 13-39, dezembro.
- GASQUES, J. G., 1980. “Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil – comentário”. Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 10, n. 2, p. 637-644 (ago.).
- GNACCARINI, J. C., 1980. Latifúndio e proletariado. São Paulo, Ed. Pólis.
- GOODMAN, D., 1986. “Economia e sociedade rurais a partir de 1945”. In BACHA, E. & KLEIN, H. S. (Orgs.), A Transição incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, p. 113-173.
- GORDINHO, M. C., 1986. Os Ometto. São Paulo, Ed. C. H. Knapp.
- KAGEYAMA, A., 1982. “O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente”. Reforma Agrária, Campinas, Vol. 12, N. 5, p. 3-12 (set./out.).

- LOPES, J. R. B., 1977. “Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)”. Estudos Cebrap n. 22, São Paulo, Edições Cebrap/Ed. Vozes.
- MATA, M. da et. al., 1973. Migrações internas no Brasil: Aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- MONBEIG, P., 1984. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Ed. Hucitec/Polis.
- MUELLER, C. C., 1976. “Os preços relativos de fatores e as tecnologias poupadoras de mão-de-obra na agricultura brasileira”. Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 6, n. 3, p. 767-786.
- NICHOLLS, W. H., 1972. “A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil”. Revista Brasileira de Economia, Vol. 26, N. 4, p. 169-206 (out./dez.).
- OLIVEIRA, F. de, 1981. A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista. Petrópolis, Ed. Vozes, 4ª edição.
- PAIVA, R. M., 1966. “Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil”. Revista Brasileira de Economia, Ano XX, Ns. 2 e 3, p. 111-133, jun./set..
- POLANYI, K., 1980. A grande transformação. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- PRADO JÚNIOR., C., 1979. A Questão Agrária. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- RANGEL, I., 1978. A Inflação Brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª edição.
- RANGEL, I., 2000. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS (Prefácio e organização de José Graziano da Silva).
- REZENDE, G. C. de, 1980. “Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica”. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 10, n. 1, p. 179-216 (abril).
- _____, 1984. “Mercados de trabalho, crescimento econômico e salários rurais no Brasil”. ANPEC/Assoc. Nac. dos Cursos de Pós-Graduação em Economia, Recife, Vol.2, p. 968-90.
- ROMEIRO, Ademar R., 1998. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo, Ed. Annablume/FAPESP.
- SANTOS, R. F. dos, 1986. Presença de viéses de mudança técnica na agricultura brasileira. São Paulo, IPE/USP (Ensaio Econômico, 63).
- SCHUH, G. E., 1975. “A modernização da agricultura brasileira: Uma interpretação”. In CONTADOR, C. R., (ed.), Tecnologia e desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, p. 7-45.
- SILVA, J. Graziano da, 1982. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- _____, 1997. De Bóias-frias a empregados rurais: (as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme). Maceió, EDUFAL.
- SINGER, P. I., 1971. “Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969”. Cadernos Cebrap 3, São Paulo, Cebrap.
- STOLCKE, V., 1986. Cafeicultura – Homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo, Ed. Brasiliense.
- SZMRECSÁNYI, T., 1986. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”. In FAUSTO, B., História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 4^o Volume, São Paulo, Difel Ed., 2ª ed., p. 107-207.
- SZMRECSÁNYI, T. & RAMOS, P., 1997. “O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira”. In SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (Orgs.), História Econômica do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Ed. Hucitec, p. 227-249.

VANGELISTA, C., 1991. Os braços da lavoura: Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo, Ed. Hucitec/Instituto Italiano di Cultura/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.